

REFLEXÕES E PERSPECTIVAS DA INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA — TEA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA-EPT

Rodrigo Leonardo de Sousa Oliveira¹, Valdelice Rodrigues de Passos Oliveira²

¹Professor de História e da disciplina de Didática II (Licenciatura em Química), do Instituto Federal Fluminense, campus Itaperuna. Docente do Mestrado em Educação – PROFEPT do Instituto Federal de Rondônia, campus Porto Velho Calama. Pós-doutorado em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO (2022). Pós-doutorado em História pela Universidade Nova de Lisboa, Portugal. Doutorado em História pela UFMG. Email: rodufop@yahoo.com.br; ²Discente do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT. IFRO Porto Velho Calama. Email: valdelice.buritis@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho traz reflexões a respeito do papel da escola na Educação Profissional - EPT, tendo por base os pensamentos de Gramsci e sua “escola única para todos”. Busca reflexões na perspectiva da inclusão da pessoa com autismo e sua formação enquanto ser humano. As novas concepções da educação tecnológica presumem um ensino inclusivo e reflexivo. Não podemos nos ater a legislação e nos esquecer que no universo escolar ainda há variadas formas de exclusão. Os sujeitos portadores de necessidades especiais ainda são vistos pela sociedade como um fardo. Não nos esquecemos que até pouco tempo os portadores do transtorno do espectro autista eram vistos pela medicina como loucos ou esquizofrênicos. Precisamos romper esses grilhões. Nossas bases teóricas são os estudos de Machado (1989), que defende a escola unitária nas concepções de Gramsci, Araújo (2014), Ramos (2014), Frigotto (2008), Manacorda (2007) e Kuenzer (2017). Em geral, estes autores comungam dos mesmos ideais de Gramsci. Nosso objetivo é discorrer sobre novas práticas de inclusão e socialização dos estudantes autistas. Recorremos a revisão de literatura sobre o assunto em questão, além de elencar novas formas de inclusão a estes sujeitos. Sugerimos ações para que a escola possa desenvolver cursos de formação continuada e capacitação dos demais profissionais, para que atenda a demanda da sociedade e a efetivação da inclusão no contexto escolar.

Palavras-chave: Autismo; Inclusão; Professores e profissionais da educação.

Summary: The present work brings reflections about the role of the school in Vocational Education - EPT, based on Gramsci's thoughts and his "unique school for all". It seeks reflections from the perspective of the inclusion of people with autism and their formation as a human being. The new conceptions of technological education assume an inclusive and reflective teaching. We cannot stick to the legislation and forget that in the school universe there are still various forms of exclusion. Individuals with special needs are still seen by society as a burden. We have not forgotten that until recently, people with autism spectrum disorder were seen by medicine as crazy or schizophrenic. We need to break these shackles. Our theoretical bases are the studies of Machado (1989), who defends the unitary school in the conceptions of Gramsci, Araújo (2014), Ramos (2014), Frigotto (2008), Manacorda (2007) and Kuenzer (2017). In general, these

authors share the same ideals as Gramisci. Our objective is to discuss new practices of inclusion and socialization of autistic students. We resorted to a literature review on the subject in question, in addition to listing new ways of including these subjects. We suggest actions so that the school can develop courses of continuing education and training of other professionals, so that it meets the demand of society and the effectiveness of inclusion in the school context

Keywords: Autism; inclusion; Teachers and education professionals.

INTRODUÇÃO

Quando Gramisci defendeu os conceitos da escola única para todos, é porque sabia da sua importância para a formação da sociedade e das novas gerações. “Esta perspectiva de transformação começou no capitalismo, sendo um ideal importante de luta para escola única para todos” (MACHADO, 1989, p. 251).

É por isso que, o papel da escola por meio das práticas pedagógicas dos professores que atuam em sala de aula, precisa ser complementado com a prática dos demais envolvidos no contexto escolar, unidos em um só propósito. Como nos ensina Paulo Freire, a escola é o espaço adequado para a formação humana, nos aspectos humanos, emocionais, espirituais e emancipacionistas.

Quando se trata de educação especial, não basta está assegurado nas leis. Os direitos das pessoas com necessidades especiais devem se pautar nas condições e na qualidade do ensino ofertado, também dentro da Educação Profissional e Tecnológica EPT. Nesse pensamento, devemos cumprir sua função social, conforme pensam os autores Araújo, (2014), Manacorda (2007) e Kuenzer (2017).

Dessa maneira, a função social da escola é preparar o sujeito para que este transforme seu meio social. De acordo com Ramos (2014), a prática do professor vai além do contexto da sala de aula, pois atingem além dos muros da escola.

Frigotto (2008), explica que a produção do conhecimento é também a expressão de luta, neste sentido o papel do professor é preponderante no preparo do aluno durante o processo de aprendizagem, contra as desigualdades sociais. Assim, Manacorda (2007) e Kuenzer (2017) defendem que a escola é destinada as aprendizagens é dentro dela que é possível obter conhecimento para transformar a realidade.

No entanto, Brasil (2006), menciona que a preparação do professor para atender as demandas sociais devem ser contínuas, pois a escola é o centro das transformações sociais e o espaço para abarcar as mais diversas culturas. Com a inclusão obrigatória, é importante conhecer o aluno autista. Esse desafio assegura apenas o direito da matrícula, porém a permanência do mesmo na escola ainda é um desafio permanente em nossa contemporaneidade.

1. OS DESAFIOS DA ESCOLA PARA INCLUSÃO DA PESSOA COM AUTISMO EM SEU AMBIENTE

Para compreensão do assunto, Marfinati (2014) argumentava que a palavra autismo é de origem grega e seu surgimento foi no ano de 1911, e acreditava-

se que o autismo seria um dos sintomas da esquizofrenia, como podemos perceber nas leituras dos trabalhos do psiquiatra Suíço Eugen Bleuler.

De acordo com Stelzer (2010) em 1943 um psiquiatra austríaco chamado Leo Kanner descreveu o autismo como sendo uma condição neurológica única. A pessoa possuía dificuldade de estabelecer vínculos afetivos com outras próximas, não tolerando modificações no seu ambiente e nem em suas rotinas diárias. Ainda argumenta que nos primeiros anos de vida a criança é incapaz de relacionar-se com outras pessoas.

Ainda pontuou algumas outras características como a alteração de fala e da linguagem, linguagem tardia, alteração cognitiva ou não apresentava sensibilidade emocional.

Estamos vivendo em um cenário em que a educação nunca foi tão desafiada a prestar um serviço de qualidade aos alunos como nos dias atuais. Um dos dilemas contemporâneos é a inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na sala de aula. De acordo com o pensamento de Lemos et al., e (2016); Sanini, et al., (2013), é possível e realizável a prática pedagógica em sala de aula com os alunos autistas, para isso é necessário que o professor entenda a literatura e as práticas para com estes sujeitos sociais.

Ainda, o professor que atua em sala de aula, além de buscar conhecimentos para trabalhar com os demais alunos, deverá buscar conhecimento para trabalhar com o aluno autista. O conhecimento se faz necessário para que não venha cair na armadilha de rotular o aluno como “preguiçoso” e desinteressado das aulas. Ziraldo (2013), explica que realizar um trabalho de orientação e conscientização com outros profissionais da escola se faz necessário, para o processo de adaptação deste aluno.

Nesse pensamento, aporta e Lacerda (2018), afirmaram que as estratégias que os docentes desenvolvem para trabalhar com o aluno autista demonstra o nível de conhecimento que ele tem do aluno. Assim, conseguirá atingir os objetivos propostos para a aula.

Tendo em vista, que a escola é um lugar de disseminação de cultura, como também das interações sociais, que acaba sendo a primeira barreira para o aluno autista adaptar as regras sociais, essas dificuldades vão de encontro a prática do professor, que poderá não atender as peculiaridades dos alunos autistas, que seja por falta das orientações sobre o assunto, ou falta de interesse mesmo.

Barbosa et al (2013), explica que a inclusão do aluno autista não deve ser apenas a efetivação da matrícula na escola, se faz necessário pensar na prática do professor para que ele compreenda a importância e a realização das intervenções durante o processo de aprendizagem do estudante. Até porque, o trabalho do professor não se limita apenas em ministrar aulas, ele precisa estimular os alunos a aprender, por isso deve ser um trabalho partilhado com toda equipe escolar para a efetivação do processo de inclusão.

Pensando no processo educativo do aluno autista, é interessante uma proposta integradora dentro das instituições de ensino, ações que visam também a inclusão dos pais no acompanhamento dos alunos. Dessa maneira trará resultados positivos para a efetivação das práticas pedagógicas de sala de aula.

Segundo Cunha (2015), é necessário debater com os professores a respeito do conhecimento sobre a inclusão dos alunos portadores desta condição estritamente peculiar. De acordo com o autor um trabalho como esse de discussão no ambiente escolar permitiria o estudo das legislações vigentes, e abriria caminho fecundo para as práticas pedagógicas efetivas, ainda afirma,

que é preciso entender a necessidade de formação continuada do professor, como também motivar o interesse do mesmo pelo tema.

Ao confrontar com a realidade atual, entendemos que ainda é necessário ações que minimize as barreiras para o processo de inclusão na escola, sua efetivação na sala de aula, como também em todos os ambientes escolares.

Portanto, os princípios da Escola Unitária voltada a formação humana, assume o papel ideal para a formação humana em sua totalidade. Neste sentido, a escola através de seus profissionais é o instrumento mais importante para a conquista da cidadania, pois “a experiência do indivíduo e do seu grupo é tanto ou mais decisiva quanto a possível influência dos meios de comunicação de massa” (GRAMSCI, 1988, p.67).

2. A ESCOLA COMO INSTRUMENTO DE LUTA NO COMBATE ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS

Só podemos entender a função da escola se suas concepções estiverem voltadas para atender as classes sociais pluriculturais, e se suas ações forem voltadas para a formação de homem capaz de lutar contra a hegemonia do seu próprio sistema.

Ao se pensar na formação humana omnilateral, devemos pensar também no papel da escola, nas práticas pedagógicas dos professores que atuam em sala de aula, e de todos os envolvidos dentro do contexto escolar.

Quando falamos do aluno especial, não basta estar descrito nas leis os seus direitos, é necessário pensar nas condições e na qualidade do ensino ofertado principalmente na Educação Profissional e Tecnológica-EPT. Neste pensamento, Araújo (2014, p.19) explica que a “educação básica cumpra sua função de assegurar aos jovens e adultos que a ele acorrem, e as ferramentas culturais que permitam aos jovens as habilidades necessárias”.

Nesse processo de luta e de superação das desigualdades e exclusão social, Frigotto (2008) e Ramos (2014), compactuam das mesmas ideias no combate às desigualdades sociais e reforçam que a escola é a grande propulsora para romper as bases sociais que limita esse combate. Dessa maneira “a consciência crítica é um elemento fundamental e imprescindível na luta pela transformação das relações sociais marcadas pela alienação e exclusão” (FRIGOTTO, 2008, p.14).

De modo geral, os autores aqui elencados fortaleceram a ideia de que a escola é o lugar ideal no combate a estas desigualdades. Todos os discursos debatidos abrem possibilidade de mudanças para a transformação dos sujeitos envolvidos e da transformação do mundo em que vivem. Por isso “se não é possível apreender a realidade, também não é possível transformá-la” (KUENZER, 2017, p.14).

Portanto, a escola deve adaptar as novas demandas advindas da sociedade no preparo dos sujeitos em sua totalidade, porém precisa também compreender esse sujeito para transformá-lo.

3. REFLEXÕES E SUGESTÕES PARA A PRÁTICA DOCENTE EM SALA DE AULA

Nesse aspecto, a educação inclusiva também merece um olhar reflexivo; um olhar de entendimento e compreensão perante as práticas pedagógicas do professor em sala de aula em todo ambiente escolar. Pimentel e Fernandes (2014), enfatizaram que os professores e os demais profissionais necessitam receber orientações da escola para auxiliar os alunos autistas. Contudo, a ideia de “orientar” é vaga e imprecisa. Deve-se propor um conjunto de ações direcionadas a estes sujeitos sociais.

A proposta de um Material didático Guia Orientativo, contendo orientações sobre as relações com estudantes autistas em sala de aula, podem trazer grandes contribuições para o processo de inclusão e a viabilização da formação humana em sua totalidade.

Um portfólio educativo informativo para os demais profissionais da escola pode complementar os conhecimentos debatidos em sala de aula pelos professores, e colaborar para efetivação da inclusão dos alunos autistas em todos os espaços das instituições escolares. Pois as instituições de ensino necessitam adequar-se para esta nova realidade. Ramos (2014) reforça que a prática do professor vai além do contexto da sala de aula, pois o mesmo deve trabalhar com seus alunos no sentido que colaborarem para que recebam conhecimentos para superação das limitações de ordem socioeconômica.

Devemos lembrar que a legislação garante o processo de inclusão dentro da escola. Porém as condições e a permanência necessitam de ser garantidos institucionalmente. Se faz necessário que as práticas pedagógicas sejam repensadas, pois “a estrutura escolar continua essencialmente destinada à aprendizagem” (MANACORDA, 2007, p.106).

Mediante essa situação, a preparação do professor que trabalha com o estudante em tal condição merece atenção e cuidados cotidianos. Em geral, vimos que as características pontuadas desde comportamentais ou do universo das interações sociais se tornam desafiadoras para o professor desenvolver sua prática, principalmente na educação tecnológica, onde a diversidade de graduações dos professores é um fator importante para se pensar em orientações que envolvam o tema.

Favoretto e Lamônica, (2014) enfatizaram que o docente tem a incumbência de desenvolver estratégias para fortalecimento de sua prática na sala de aula, como também criar um vínculo com o aluno autista, para compreender e realizar as intervenções necessárias.

Brasil (2006), menciona que a formação continuada dos professores, contribui para um trabalho de qualidade, de acordo com o Guia de Orientações chamado “Saberes e Práticas da Inclusão”. Orienta ainda que para efetivação da inclusão é necessário que a escola pense e trabalhe nesses “valores alicerçados na Democracia; não excluam os alunos e nem os rotulem; funcionem como sistemas abertos; criem condições para que estes estudantes sejam autores ativos e críticos das ações educativas”; (BRASIL, 2006.p.10).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola como instrumento de luta de classe e de transformação da sociedade deve permanecer cotidianamente. As características de uma instituição de ensino inclusiva é pautar as suas ações por meio de um currículo renovado e atento aos novos paradigmas educacionais. Em tempos de ações afirmativas, vale a pena pensarmos em como o governo federal, o Estado e os Municípios poderiam elencar formas de inclusão das pessoas com esta condição. É necessário abraçar estes sujeitos e permitir, através de novas leis, ações de inclusão destas pessoas ao mercado de trabalho.

Dentro dessa perspectiva de formação continuada e nas concepções de escola unitária, podemos afirmar que um dos princípios mais importantes da atualidade é a inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais. A escola é o instrumento decisivo para o exercício da cidadania, e para que isso aconteça, devemos trabalhar e aprofundar os debates sobre o tema da exclusão social, e levantar estratégias no combate aos fatores que impendem a educação avançar.

REFERÊNCIAS

- APORTA, A.; Lacerda, C. B. F. (2018). **Estudo de Caso sobre Atividades Desenvolvidas para um Aluno com Autismo no Ensino Fundamental I**. Revista Brasileira de Educação Especial, 24(1), 45-58.
- ARAÚJO. Ronaldo Marcos de Lima. **Práticas pedagógicas e ensino integrado**. [recurso eletrônico] / Ronaldo Marcos de Lima Araújo. – Dados eletrônicos (1 arquivo: 575 kilobytes). – Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Coleção formação pedagógica, v. 7.
- BARBOSA. A. M.; Zacarias, J. C.; Medeiros, K. N.; Nogueira, R. K. S. (2013). **O papel do professor frente à inclusão de crianças com autismo**. In XI Congresso Nacional de Educação Educere (pp. 19776- 19792). Curitiba, Paraná: Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas na inclusão: Avaliação para a identificação das necessidades educacionais especiais**. 2.ed. Coordenação geral SEESP/MEC. Brasília: MEC, 2006.
- CUNHA. Eugênio. **Autismo na escola: Um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar**. 3.ed. Rio de Janeiro: Wak, 2015.
- FAVORETTO. N. C.; Lamônica, D. A. C. (2014). Conhecimentos e necessidades dos professores em relação aos transtornos do espectro autístico. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 20(1), 103-116.
- FRIGOTTO. Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais” de autoria de Gaudêncio Frigotto, **publicado na Revista do Centro de Educação e Letras-UNIOESTE/Foz-2008**.
- GRAMSCI. Antonio. **Gramsci e a América Latina** / Nicola Badaloni. Organização e tradução Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira. — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LE MOS. E. L, M. D.; Salomão, M. N. R.; Aquino, F. S. B.; Agripino Ramos, C. S. (2016). **Concepções de pais e professores sobre a inclusão de crianças autistas**. Revista de Psicologia, 28(3), 351-361.

KUENZER. Acácia Zeneida. **Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível**. Revista Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 139, p.331-354, abr.-jun., 2017.

MACHADO, Lucília R. de Souza. **Politecnia, escola unitária e trabalho**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

MANACORDA. Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. tradução Newton Ramos de Oliveira]. Campinas, SP: Edito raalínea, 2007.

MARFINATI. A.; ABRÃO, J. L. **Um percurso pela psiquiatria infantil: dos antecedentes históricos à origem do conceito de autismo**. Estilos da Clínica, 19(2), 244-262. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v19i2p244-262>. Acesso em: 16.05.2022.

PIMENTEL. A. G. L.; Fernandes, F. D. M. (2014). **A perspectiva de professores quanto ao trabalho com crianças com autismo**. <https://www.scielo.br/ij/acr/a/S9vVj4QZJHQrsZy3Tx55Tj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17.05.2022.

STELZER, Fernando. **Uma pequena história do autismo**. São Leopoldo: Pandorga, 2010.

SANINI. C.; Sifuentes, M.; Bosa, C. A. (2013). **Competência social e autismo: o papel do contexto da brincadeira com pares**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 29(1),99-105.

ZIRALDO. **Autismo: uma realidade**. 2013. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/cartilha-ziraldo-autismo_uma_realidade.pdf. Acesso em: 21 de maio. 2022.